

# eixo 5

## Novo urbanismo e o pacto pela vida

A Coligação identifica na questão urbana um dos problemas mais expressivos que se propõe ao Brasil e, conseqüentemente, àqueles que o governarão a partir de 2015. O fundamento de tal proposição encontra-se na taxa de urbanização de 85%, que contrasta com a completa ausência de planejamento urbano, o que faz com que o território urbano seja o local em que se materializa a exclusão social e as assimetrias historicamente presentes em nossa formação. Esse cenário tem muitos desdobramentos, como os que se observa abaixo.

### 5.1 Política habitacional

Apesar dos esforços dos últimos doze anos, persiste um significativo déficit habitacional no Brasil e ele se concentra, essencialmente, na população de baixa renda. Os programas existentes não foram suficientes para mudar de forma expressiva a realidade existente.

- Desenvolver linhas de ações que reduzam o déficit habitacional, de forma integrada com as demais políticas públicas, de que são exemplo transporte e mobilidade urbana, saneamento ambiental, saúde, educação, esporte, lazer e cultura.

### 5.2 Saneamento e resíduos sólidos

Os indicadores de saneamento ainda demonstram haver no conjunto do país uma realidade assombrosa, que reproduz muitos dos velhos ranços de nossa história. Em primeiro lugar é necessário observar que há uma assimetria entre renda e prestação do serviço pelo Poder Público. Habitações subnormais se associam à quase ausência de saneamento, infraestruturas de micro e macrodrenagem urbana etc.; potencializando o conjunto do problema. Persiste, ainda, uma distribuição

não equitativa dos serviços, com o registro de índices de cobertura muito piores nas regiões norte e nordeste, comparativamente às demais regiões do país e, especialmente, o sudeste.

- Ampliar os investimentos em saneamento e manter um ritmo constante, progressivo e melhor distribuído no território nacional, visando aumentar o ritmo de superação do déficit de acesso à rede de coleta e tratamento de esgotos.
- Melhorar com determinação os indicadores de saneamento no Brasil, obedecendo-se o princípio de equidade e de articulação com estados e municípios e com outras políticas públicas.
- Desenvolver ações articuladas com estados e municípios para extinguir os “lixões” no território nacional, como determina a lei que estabelece a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e promover a inclusão dos catadores de material reciclável nesta cadeia produtiva, associada a um programa de melhoria das condições de trabalho e seguridade social.
- Adotar ações para aumentar expressivamente a reciclagem de resíduos nos principais segmentos e introduzir a logística reversa, estabelecendo a devida responsabilidade a cada setor ao longo da cadeia produtiva, inclusive no que se refere às embalagens.

### 5.3 Mobilidade urbana

Para enfrentar o desafio da mobilidade é preciso pensar o desenvolvimento recente das cidades no Brasil, que as segmentou em periferias distantes – mal providas de serviços públicos – e regiões nobres, mais ou menos centrais, mas de grande presença do Estado. Propõe-se integrar e articular a cidade territorialmente e facilitar o acesso aos equipamentos existentes, inclusive e muito particularmente, aqueles destinados à cultura, ao esporte e ao lazer.

- Apoiar os municípios na elaboração e implementação dos Planos de Mobilidade, inclusive com a proposição de mecanismos que incentivem a participação da sociedade em consultas públicas eficazes que garantam a transparência nos investimentos realizados pelo Poder Público em obras de mobilidade urbana.
- Priorizar o transporte público, privilegiando o financiamento de projetos que associem os diversos modais, como ônibus, trens, metros e veículos leves sobre trilhos.
- Apoiar a implantação de ciclovias e de melhoria de passeios públicos, que podem atender diferentes segmentos sociais.

## 5.4 Questão metropolitana

As regiões metropolitanas enfrentam por certo todos os problemas inerentes aos grandes aglomerados urbanos. Há um tema, contudo, que diz respeito às regiões metropolitanas de forma estrita, ou seja, o da governança complexa e não adequadamente institucionalizada desse território. Maior que o município, mas menor que o estado, as regiões metropolitanas não conseguem regular muitas das políticas públicas por insuficiência de articulação, agências específicas de planejamento e gestão etc.

- Estruturar estratégias de governança nos territórios metropolitanos e mecanismos de cooperação interfederativo, como condição sine qua non de melhoria de qualidade de vida de seus habitantes.

## 5.5 Segurança pública

O Brasil registra dados alarmantes de segurança. Em 2012, a taxa de homicídios chegou a 24,3 por 100.000 habitantes, ultrapassando 70 homicídios por 100.000 habitantes nos estados mais violentos. Uma proporção próxima de 5% de todas as mortes no Brasil foi causada por homicídios. Esses números colocam o Brasil no mesmo patamar de violência de países em guerra. E pior, as vítimas de homicídios são, em sua maioria, homens (92%) e negros (71,4%), reforçando, portanto, uma visão de maior violência contra a população negra e de menor renda, dada a exclusão social que ainda persiste no país em relação a esses grupos.

- Organizar de forma efetiva o policiamento de fronteiras, em particular as terrestres.
- Combater ativamente o tráfico de armas e a imensa disponibilidade de armamento que propicia.
- Enfrentar o tráfico de drogas e as diferentes ordens de facções que organizam todos esses fluxos e apoiar estratégias de redução de danos aos usuários.
- Desenvolver serviços de inteligência que possam atuar em diversas frentes.
- Criar e implementar políticas públicas voltadas para extratos mais vulneráveis da população, em que se observa um aumento dos índices de violência, como mulheres e jovens;
- Coibir de modo efetivo a lavagem de dinheiro e os circuitos financeiros do crime organizado, no Brasil e exterior.

### 5.5.1 Nova estrutura institucional

É fundamental discutir as ações das entidades do Poder Público envolvidas com a questão da segurança, fortalecendo a integração e a atuação conjunta dessas forças no combate à violência.

- Promover um novo modelo de atuação da polícia e a integração entre as diversas instâncias do Poder Público envolvidas com a questão da segurança pública, inclusive com o Ministério Público e Poder Judiciário;
- Convocar a sociedade e as forças políticas para, ouvindo policiais, pesquisadores e ativistas, discutir em profundidade novas ações na área de segurança com foco na redução da violência;
- Promover um modelo de gestão para a segurança com foco em resultados, que estabeleça e implemente rotinas processos e práticas voltados para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas de segurança;
- Criar um Programa Nacional de Capacitação Policial, para desenvolver um padrão de ensino e treinamento de policiais mais uniforme nas academias de formação;
- Fortalecer as políticas preventivas municipais e o modelo do policiamento comunitário.

### 5.5.2 Políticas criminal e prisional

O brasileiro é hoje obrigado a conviver com a violência no seu dia a dia. São quase 50 mil homicídios dolosos por ano no Brasil. E pior, não temos capacidade de identificar os culpados e punir, pois apenas 8% desses homicídios mais graves são investigados. As prisões não cumprem seu papel de reinserir o criminoso à sociedade, depois de cumprir sua pena. Elas estão repletas de pessoas que praticaram crimes menores, são presas em condições sub-humanas e tornam-se mais violentas. Precisamos de políticas criminal e prisional mais eficientes e comprometidas com a dignidade humana.

- Aumentar a eficiência dos mecanismos de persecução com foco nos crimes mais graves, reduzindo a demanda de encarceramento massivo.
- Reorientar o sistema penitenciário nacional para o cumprimento efetivo da Lei de Execução Penal.
- Promover penas alternativas, justiça restaurativa para a superação de conflitos e penas de restrição da liberdade como alternativas às penas de privação à liberdade.
- Desenvolver programa nacional de apoio aos egressos para favorecer a reinserção social.

- Rediscutir as carreiras dos servidores penitenciários, fixando parâmetros nacionais obrigatórios para o serviço em prisões.
- Estabelecer mecanismos de participação da sociedade civil no acompanhamento e fiscalização da execução das penas.

### 5.5.3 Cultura de paz e valorização da vida

Valorizar a vida, com equidade no acesso à segurança pública e à justiça. Esse precisa ser o objetivo maior de uma política de segurança, induzindo políticas e ações de cooperação com as demais instâncias de governos, incluindo o Fundo Nacional de Segurança Pública e a construção de um Pacto pela Vida, com municípios, estados e União congregando esforços em favor de mudanças estruturais na segurança pública.

- Investir em políticas intersetoriais preventivas e de cooperação entre diferentes instâncias de governo (União, estados e municípios), Poder Judiciário e Legislativo.
- Criar a Inspetoria Nacional de Direitos Humanos e monitorar anualmente o cumprimento e as violações dos Direitos Humanos no Brasil.
- Monitorar e estimular o cumprimento das disposições da Convenção sobre os Direitos da Criança.
- Criar estruturas para atendimento específico para idosos vítimas de violência e definir um marco regulatório nacional para os asilos de idosos.